

A Inclusão do Ensino de Ética e Cidadania para os Alunos das Escolas da Rede Pública

Eixo 07 - Educação, comunicação, informação, direitos humanos e cidadania

Nelson Luiz de Andrade Lima¹

RESUMO

O Brasil vem passando nas primeiras décadas do século XXI por graves problemas relacionados à corrupção, elevados índices de violência, de criminalidade e severos danos ao meio ambiente. Todos estes fatores surgem a partir de formas inadequadas de interação do cidadão brasileiro com seus semelhantes, o espaço ao seu redor e suas instituições, em uma teia de relações que não se mostra adequada para um estado democrático. É certo que neste âmbito a questão educacional tem um peso relevante, principalmente no que diz respeito às características existentes no processo de ensino e às escolhas adotadas nas políticas educacionais em tempos recentes. Apesar de alguns tímidos avanços obtidos, os indicadores ainda apontam as grandes deficiências existentes no processo de conscientização coletiva e de humanização dos alunos. O presente trabalho tem por objetivo retomar o debate e levantar as questões relacionadas a este tema que, por questões ideológicas ou conjunturais, tem evoluído com grande dificuldade. Serão apontados alguns direcionamentos para a instituição no ensino da rede pública dos conceitos de Ética e Cidadania que contemplem as dificuldades apresentadas e a introdução de conhecimentos da área das ciências humanas e sociais, a partir de uma visão ampla que venha a considerar as necessidades e demandas atuais da sociedade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: ética. cidadania. processo de ensino. políticas educacionais.

ABSTRACT

Brazil has been experiencing serious problems related to corruption, high levels of violence, crime and severe damage to the environment in the first decades of the 21st century. All these factors arise from inadequate forms of interaction between the Brazilian citizen and his peers, the space around him and his institutions, in a web of relationships that does not prove to be adequate for a democratic state. It is true that in this context the educational question has a relevant contribution, especially with regard to the characteristics that exist in the teaching process and the choices adopted in educational policies in recent times. Despite some timid advances, the indicators still point the major deficiencies in the process of collective awareness and humanization of the students. This paper aims to retake the debate and raise the issues related to this topic that, due to ideological or conjunctural issues, has evolved with great difficulty. It is hoped that it will be possible to point out some directions for the institution of the teaching at the public network of the concepts of Ethics and Citizenship that contemplates the presented difficulties and the introduction of knowledge from the area

¹ Universidade Veiga de Almeida, Universidade Celso Lisboa; Mestre em Engenharia Civil, Doutorando no Curso de Educação, Ciência e Tecnologia-PPCTE-CEFET; e-mail: nelson_lima@hotmail.com

of the human and social sciences, from a broad vision that comes to consider the current needs and demands of Brazilian society.

KEYWORDS: ethics. citizenship. teaching process. educational policies.

1 Introdução

A partir da análise da evolução histórica das disciplinas vinculadas à área das ciências humanas na educação é possível se perceber que mudanças foram ocorrendo ao longo do tempo. Vários governos já instituíram algumas disciplinas correlatas, tanto no ensino público, quanto no privado. As atividades sobre reflexão filosófica foram trazidas ao Brasil pelos padres jesuítas, já no século XVI.

A instituição das matérias de Moral e Cívica no currículo escolar brasileiro adquiriu efetividade a partir do decreto-lei nº 2.072/1940, do Presidente Getúlio Vargas e do Ministro Gustavo Capanema, que definiu a obrigatoriedade da Educação Cívica, Moral e Física da Infância e da juventude. No ano de 1961, o Presidente João Goulart, sancionou a lei nº 4.024/61, que retirou a obrigatoriedade do ensino da disciplina de filosofia nas instituições de ensino médio.

Posteriormente, o ensino de Educação Moral e Cívica (EMC) foi praticado no Brasil, mas a critério dos estabelecimentos de ensino. O governo militar moldou a estrutura curricular da EMC, a fim de delinear como deveria ser o comportamento do cidadão de bem perante a sociedade.

Em setembro de 1969 a disciplina Educação Moral e Cívica foi criada compulsoriamente em todas as etapas e modalidades de escolas do Brasil, pelo então presidente Arthur da Costa e Silva (1967-69). De acordo com o decreto lei nº 869/1968, a disciplina EMC se tornou obrigatória no currículo escolar brasileiro a partir de 1969, juntamente com a disciplina de Organização Social e Política Brasileira (OSPB). Ambas, EMC e OSPB, foram adotadas em substituição às matérias de Filosofia e Sociologia e ficaram reconhecidas pela transmissão da ideologia do regime à época que exaltava o nacionalismo e o civismo dos alunos.²

As duas disciplinas foram posteriormente condenadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996. Com o passar dos anos, o ensino da disciplina foi flexibilizado, sendo

²Centro de Referência em Educação Integral – NOTÍCIAS – REPORTAGENS

<http://educacaointegral.org.br/reportagens/a-educacao-moral-e-civica-volta-a-assombrar-as-escolas/>

retomado a partir de 1990, quando o ensino da disciplina voltou a ser obrigatório apenas para algumas séries. Em 1992, passou a ser opcional e, em 1993, foi extinta, por não ser considerada adequada para um regime democrático. A Câmara dos Deputados então aprovou um projeto que acabou com a obrigatoriedade da disciplina de Educação Moral e Cívica nos currículos das escolas de todos os graus e modalidades de ensino no país. O projeto estabeleceu que essa matéria passasse a fazer parte das disciplinas da área de Ciências Humanas e Sociais, à critério das instituições de ensino (MENEZES; SANTOS, 2018).

Atualmente no Brasil a disciplina correlata à Educação, Moral e Cívica tem o nome de Cidadania, Moral e Ética (CME). A CME é uma disciplina incluída no currículo do ensino fundamental no Brasil pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal em 2012, visando o aprimoramento ético, social e político do aluno.

O Projeto de Lei do Senado de nº 02/2012, modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incluindo a disciplina como obrigatória para o ensino fundamental. A medida também inclui no currículo do ensino médio a disciplina Ética Social e Política. As Câmaras de Vereadores de algumas cidades brasileiras estão desenvolvendo projetos de lei que propõem a volta da EMC.

O Programa “Um por Todos e Todos por Um! Pela Ética e Cidadania” foi regulamentado em 2014, por meio de uma parceria entre a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Instituto Maurício de Souza para a disseminar valores associados à democracia, participação social, respeito à diversidade, autoestima, responsabilidade cidadã e interesse pelo bem estar coletivo entre os alunos dos ensinos fundamental I. O objetivo era o de estimular os futuros cidadãos a se envolverem com as questões sociais e proporcionar uma formação crítica, criando o ambiente necessário para que tomem consciência de seus direitos e deveres.³

2 Metodologia de Pesquisa

³ <http://www.cgu.gov.br/assuntos/control-social/educacao-cidada/um-por-todos-e-todos-por-um-pela-etica-e-cidadania/um-por-todos-e-todos-por-um-1>

O tipo de trabalho proposto se enquadra na modalidade de pesquisa exploratória, a qual tem como objetivo proporcionar uma maior familiaridade com a questão levantada, com vistas a torná-la mais evidente ou a implementar suposições, tendo como principal objetivo o aprimoramento de ideias e o reconhecimento das perspectivas correlatas. A pesquisa abordou questões ideológicas, bem como também tentou efetuar uma análise acerca das diversas posições existentes sobre o problema.

Para a obtenção de dados com a devida confiabilidade e validação foram adotados como meios de pesquisa os buscadores eletrônicos disponíveis na internet que permitem o acesso às bibliotecas, portais científicos e publicações, tais como o Google e o Google Acadêmico⁴, o qual é mais voltado para trabalhos, literatura, publicações e artigos escolares.

3 Contextualização

Será efetuada uma descrição do atual panorama no qual as escolas públicas estão inseridas, tanto em nível nacional, quanto em regional, com foco na cidade do RJ.

A educação básica no Brasil engloba a educação infantil (creche e pré-infantil, até os 5 anos), o ensino fundamental I, do primeiro ao quinto ano (de 6 a 10 anos), o ensino fundamental II, do sexto ao nono ano (de 11 a 14 anos), e as três séries do ensino médio (de 15 a 17 anos). A carga horária mínima de atividades letivas é estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), sendo composta por 800 horas anuais distribuídas em, pelo menos, 200 dias de atividades escolares. Os currículos de todas as etapas são formados por uma base nacional comum, complementada em cada sistema de ensino (estados, municípios e Distrito Federal) e em cada estabelecimento escolar por uma parte múltipla. Muitas das sugestões de inclusão de disciplinas estão associadas a essa parte diversificada.

Os alunos da primeira etapa do ensino fundamental estudam as seguintes matérias: arte (incluindo música), ciências, educação física, geografia, história, língua portuguesa, matemática e ensino religioso (facultativo). Já os estudantes do sexto ao

⁴ Ferramenta de pesquisa do Google que permite a busca de informações sobre literatura acadêmica, em periódicos científicos ou outras fontes especializadas. Acessível pelo link: <https://scholar.google.com.br/>

nono ano estudam todas essas e mais duas: inglês e espanhol. Os alunos do ensino médio estudam mais disciplinas, por conteúdos que se tornam específicos nessa etapa: língua portuguesa, matemática, arte (incluindo música), química, física, biologia, geografia, história, filosofia, sociologia, mídias, educação física, inglês e espanhol.

Na Cidade do Rio de Janeiro, a Secretaria Municipal de Educação (SME) cuida das crianças e jovens da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos. Para o enfrentamento dos resultados desfavoráveis da rede municipal em relação ao nível de aprendizagem dos alunos, a SME movimenta a estrutura da rede municipal de ensino a partir da criação de outras possibilidades para as práticas pedagógicas, além de imprimir um olhar diferenciado para escolas localizadas em regiões consideradas violentas da cidade. O ambiente das escolas na cidade do Rio de Janeiro apresenta aspectos que são muito significativos e peculiares da própria localidade. Um fator que se mostra muito relevante é aquele relacionado à falta de segurança que ocorre dentro das próprias salas de aula.

Segundo dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), a cada três dias, um professor é ameaçado dentro de escolas no Estado do Rio. Ao todo, em 624 ocasiões, professores denunciaram à Polícia Civil ameaças dentro de estabelecimentos de ensino no estado de 2014 a 2017. O levantamento revela que os alunos são responsáveis por um quarto das ocorrências. Nos últimos anos, houve casos de ameaças seguidos de agressões, incluindo alunos que usaram facas e armas de fogo dentro das escolas.

Outro aspecto significativo diz respeito às condições em que se encontra a infraestrutura das escolas públicas municipais. Segundo a declaração realizada pelo ex-Secretário Municipal de Educação do Rio de Janeiro Sr. César Benjamin os problemas estruturais da rede municipal de ensino são agravados pela crise fiscal que atinge todo o Estado. Ele aponta ainda como fatores negativos a questão da desestruturação familiar e o controle de regiões da cidade pelo crime.⁵

4 Debates sobre o Tema

⁵ Jornal Extra - O prefeito se omite com frequência', diz César Benjamin, ex-secretário de Crivella.
<https://extra.globo.com/noticias/educacao/2018/07/16/89-prefeito-se-omite-com-frequencia-diz-secretario-exonerado-de-crivella#ixzz5LRj0YmCJ>

O processo de inclusão de uma disciplina de temática social e de seu conteúdo deveria passar por um debate salutar entre os representantes da sociedade e das organizações educacionais. Entretanto, este que deveria ser um processo totalmente isento de influências políticas, partidárias, ideológicas, religiosas e de preferência sexual, acaba ganhando aspectos de uma polarização temática, colocando em pontos opostos pontos de vista que não necessariamente representam a maioria da população. Como exemplo, pode ser citada a questão da cartilha que foi acompanhada de três vídeos contra a homofobia e esteve no centro de uma polêmica entre deputados, educadores e ativistas dos direitos humanos. O material seria distribuído pelo Ministério da Educação (MEC) para 6 mil escolas públicas de ensino médio no segundo semestre desse ano. O objetivo do kit seria o de orientar professores e alunos sobre como lidar com o preconceito a homossexuais, mas uma bancada na Câmara dos Deputados considerou que o conteúdo inapropriado. Essa tese foi rechaçada por representantes de movimentos homossexuais e educadores.⁶

É perceptível também o receio de alguns especialistas de que fatos ocorridos no passado em disciplinas assemelhadas voltem a acontecer. O Professor de Sociedade, Estado e Educação na Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), João Cardoso Palma Filho diz que não há justificativa pedagógica para se recriar a disciplina Moral e Cívica. O educador, cientista e ativista político Daniel Cara destaca ainda como problemas da Educação Moral e Cívica seu caráter autoritário e intimidador, contrariando a finalidade emancipadora da educação.

A inclusão de disciplina relacionada à temática da ética na educação básica divide opiniões também entre os poderes Legislativo e Executivo. Os senadores votaram em 2015 várias propostas que incluíam disciplinas à grade curricular dos ensinos fundamental e médio. Apesar das boas intenções das iniciativas de lei, o Ministério da Educação (MEC) não viu com bons olhos a criação de tantas disciplinas obrigatórias além das que já são ministradas nas escolas.

Há ainda propostas que pretendem tornar obrigatória a discussão de certos temas nas disciplinas já existentes. Um dos projetos em tramitação é o projeto de lei do

⁶ Gazeta do Povo – Preconceito - Cartilha contra homofobia causa polêmica. MEC vai distribuir material que ensina escolas a lidar com a diversidade sexual. Deputados criticam conteúdo da publicação <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/cartilha-contra-homofobia-causa-polemica-48j9sovpblgjoqgkhmyaima6>

Senado (PLS) nº 515/2013, que determina a inclusão, a partir do sexto ano do ensino fundamental, do tema transversal da cidadania. Essa matéria surgiu a partir de sugestões oriundas do Projeto Jovem Senador. As sugestões dos jovens senadores são analisadas pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) e acatadas e transformadas em projetos de lei ou rejeitadas. Para a senadora Ivonete Dantas (PMDB-RN), a verdadeira mudança cultural necessária para modificar o quadro de violência do país depende da educação. Por meio dela, se formarão novos cidadãos, defensores de uma cultura de paz e de igualdade entre os sexos.

Outras propostas relativas a disciplinas da educação básica já passaram pelo Senado e aguardam aval da Câmara dos Deputados para serem enviadas à sanção presidencial e entrar em vigor. É o caso do PLS 2/2012, que torna obrigatória a inclusão de duas disciplinas de ética nos currículos escolares: Cidadania Moral e Ética para o ensino fundamental e Ética Social e Política para o ensino médio. O autor, o ex-senador Sérgio Souza, assinala a discordância entre a boa colocação do Brasil no campo econômico e os elevados índices de corrupção e ineficiência da Justiça, situação que, em seu ponto de vista, pede uma política educacional voltada para a formação moral e ética das crianças brasileiras (POZZEBOM, 2018).

Alguns educadores criticam a inclusão dos temas transversais da ética e da cidadania na matriz curricular, por conta da saturação e da dificuldade de obtenção de espaço na grade do ensino básico, pois há dificuldade de cumprimento do currículo atual na carga horária obrigatória por lei. (NETO, 2012)

5 Proposição Alternativa

O material educativo com foco nas temáticas da ética e da cidadania deverá estar fundamentado nos alicerces das ciências humanas e sociais e ter o objetivo de colaborar com o processo de engrandecimento pessoal e de humanização dos alunos, auxiliando para que estes se tornem pessoas capazes de conhecer as diversas vertentes do comportamento e do pensamento humano e possam desenvolver de forma autônoma a sua capacidade de discernimento, realizando suas próprias escolhas e avaliando as consequências dos seus atos com relação as pessoas ao seu redor, sua comunidade, sua

região, sua nação e ao mundo globalizado em que estão inseridos.

A disciplina deve ter como objetivo a sensibilização e o estímulo ao desenvolvimento da percepção com relação aos benefícios das relações harmônicas e das conseqüências positivas e edificadoras que possam vir a surgir a partir dos seus próprios atos. Neste sentido, o conteúdo e o formato da disciplina devem ser idealizados para que se distanciem ao máximo de uma visão doutrinadora, tendenciosa e polarizada.

É necessário considerar que a introdução de uma disciplina de cunho humanizador não tem a capacidade de isoladamente mudar o comportamento dos alunos. Esta disciplina será apenas um dos vários instrumentos utilizados para a condução de um processo sistemático de desenvolvimento pessoal dos alunos. Conforme se pode depreender do histórico existente sobre o tema, deve-se considerar que as dificuldades e adversidades a serem enfrentadas durante o processo de implementação pedagógica serão numerosos.

Da mesma forma também, devem ser considerados os obstáculos que se impõem sobre o trabalho pedagógico e que são oriundos do próprio meio social e conjuntural em que os alunos estão imersos, caracterizado por altos índices de violência e criminalidade, baixo nível educacional e com carência de recursos humanos, materiais e de infraestrutura.

Entretanto, como mostram os fatos anteriormente apontados, torna-se necessário que os currículos considerem a inclusão de conhecimentos que possam transformar e proporcionar um processo de humanização, inserção e de sociabilização dos alunos da rede pública. O processo de elaboração deve obrigatoriamente contar com a presença ativa dos professores, psicólogos, pedagogos; agentes, coordenadores e gestores educacionais, pais de alunos e, principalmente, os próprios alunos, conforme já vem sendo realizado pelo poder Legislativo.

Uma análise da linha histórica referente às disciplinas afins ao ensino de questões morais e éticas mostra que vários governos já efetuaram tentativas de instituição das disciplinas no ensino público e também privado, porém houve desvios de finalidade na utilização destas disciplinas por parte do governo, os quais ocorreram devido à polarização que surgiu em função de direcionamentos políticos e ideológicos que foram sendo agregados a estas disciplinas.

Com a retirada das matérias de natureza humanizadora e a não previsão de uma

substituição adequada, deixou-se um vazio que teve implicações no processo de socialização destes alunos. Sob este aspecto houve uma perda de oportunidade durante o processo de evolução democrática pelo qual o país atravessou. É recomendável então que seja promovida a instituição de um substituto apropriado.

Devido às restrições apontadas para inclusão de novas disciplinas na grade de matérias, das limitações de carga horária e por não ser uma matéria que é cobrada nos exames de qualificação, seria adequada a apresentação dos temas no formato de material paradidático, com acesso por meio digital (preferencialmente smartphones), funcionando assim como um material complementar que venha a tratar do temas de forma transversal, pelo modo virtual e que poderia ser acessado no horário extraclasse.

O conteúdo das disciplinas de Ética e Cidadania poderia incluir outros tópicos que mesmo distintos, estão de certa forma inter-relacionados, tais como: Cooperativismo, Solidariedade, Respeito à Vida e ao Meio Ambiente, Proatividade, Empreendedorismo, Tolerância e Filosofia. Abaixo será feita uma descrição de cada um dos tópicos sugeridos:

5.1 Ética

Deriva da filosofia e está associada ao conceito de forma ideal e global do comportamento humano, determinadas a partir de princípios que são válidos para todo pensamento exemplar e salutar. A ética está diretamente vinculada às regras de comportamento e de atitudes que são estabelecidas por meio de leis que regulam o modo de vida da população de um país. Por viver em sociedade e conviver com outros semelhantes é de fundamental importância que o ser humano conheça a forma mais adequada de agir e respeite a dignidade do próximo. As palavras ética e moral têm a mesma base etimológica: a palavra grega *ethos* e a palavra latina *moral* significam hábitos e costumes.

5.2 Cidadania

Essa expressão vem do latim *civitas*, que quer dizer cidade. A cidadania está relacionada ao conjunto de direitos e deveres em um determinado território, exercidos por um indivíduo que vive em sociedade, se referindo ao seu poder e ao grau de intervenção no usufruto de seus espaços e na sua posição em poder nele intervir e

transformá-lo.⁷

5.3 Cooperativismo

Se baseia em valores de ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade e na prática dos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelo semelhante.

5.4 Solidariedade

Esta palavra tem origem no francês *solidarité*, cujo significado está associado à relação entre pessoas que implica em um compromisso moral de ajuda mútua. Em muitos casos, a solidariedade não significa apenas reconhecer a situação de vulnerabilidade de uma pessoa ou grupo social, mas também consiste na ação de ajuda a essas pessoas desassistidas.

5.5 Tolerância e Alteridade

Tolerância é um termo que advém do latim *tolerare* que significa suportar ou aceitar. É o ato de agir de maneira compreensiva em face de algo que não se quer ou não pode ser impedido, sendo uma atitude basililar para aqueles que pretendem conviver em uma sociedade. A partir da tolerância é possível um convívio respeitoso entre as diferenças. Já a intolerância é um comportamento que se materializa pela violência física ou simbólica, motivada pelo ódio ao outro, sendo baseada na dificuldade de entender e aceitar as diferenças. Ela pode ser étnica, política, de gênero, de classes, religiosa, sexual, cultural e social. O desafio do mundo contemporâneo é o de que todas essas diferentes identidades consigam conviver juntas e em paz (CUNHA, 2018).

A palavra alteridade, originária do latim, possui o prefixo *alter* (o outro) que significa compreender o lugar do outro e ter consciência de que ele existe. A convivência com a alteridade é uma forma de pensar, escutar e dialogar com o outro. Quando ocorre a perda da capacidade de relacionamento entre as pessoas, o poder cede lugar à força e à violência e nessa situação, o sujeito cidadão desaparece.

5.6 Respeito à vida

O princípio do respeito à vida é uma das mais importantes orientações da atitude e o do caráter de um ser humano.⁸ É possível se observar que nas teias de

⁷ PENA, Rodolfo F. Alves. "O que é cidadania?"; Brasil Escola. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-cidadania.htm>>. Acesso em 15 de julho de 2018.

⁸ <https://www.somostodosum.com.br/club/artigos/autoconhecimento/respeitar-a-vida-e-fundamental->

relacionamento existentes entre as pessoas no mundo contemporâneo surgem graves desajustes, provenientes em grande parte da falta de respeito às diferenças existentes e da não valorização da vida.

É preciso que os alunos se desfaçam de atitudes totalmente contrárias ao respeito, tais como a intolerância, o preconceito, a indiferença e a aceitação de situações degradantes com relação à dignidade humana e aprendam o valor essencial do respeito à vida.

5.7 Proatividade

Está associada a capacidade de se agir antecipadamente, evitando ou resolvendo situações e problemas futuros. É o primeiro hábito de uma iniciativa eficaz e a força impulsionadora que permite que seja possível se ampliar a chance de êxito de uma determinada iniciativa. A atitude de proatividade é desenvolvida a partir da construção e implementação de modelos mentais objetivos que podem ser assimilados ao longo do processo de aprendizagem.

5.8 Empreendedorismo

A capacidade de pensar em soluções é essencial para o desenvolvimento de uma sociedade, mas para se alcançar um resultado efetivo é necessária uma outra competência que é a da materialização. Neste âmbito, podem ser criadas maiores oportunidades a partir da inclusão dos conhecimentos básicos sobre empreendedorismo que têm o propósito de criação de algo novo e que atenda a um determinado propósito. Ser empreendedor significa, acima de tudo, ser um realizador que produz novas ideias por meio da conjugação entre criatividade e imaginação. Para o desenvolvimento de tal habilidade, é fundamental que os estudantes entendam a natureza do risco e aprendam a lidar com o mesmo, consolidando ideias a partir de um planejamento prévio, de forma a obter o êxito das suas criações, por meio da aplicação do pensamento estratégico, do planejamento, da prototipagem de produtos, da responsabilização e do senso de coletividade.

5.9 Altruísmo

O termo foi criado pelo filósofo francês Auguste Comte em 1830, no qual estão incluídas as atitudes humanas, tanto individuais, quanto coletivas, que estimulam os seres humanos a se dedicarem a outros indivíduos, sendo um conceito que se opõe ao

egoísmo (inclinação específica e exclusivamente individual).

Um indivíduo altruísta atua de forma a conciliar sua satisfação pessoal com o bem-estar e a satisfação de seus semelhantes, de sua família e de sua comunidade. Instintos naturais de benevolência isoladamente não constituem o altruísmo. Irão constituir apenas se a pessoa conseguir dar caráter de habitualidade. Os instintos de benevolência, esporadicamente, emergem no comportamento humano.⁹

5.10 Filosofia.

Tem como objetivos o estudo e o entendimento das questões essenciais e das gerais que estão relacionadas à essência da existência humana, incluindo os debates acerca da moral, do conhecimento, da estética, da mente e do universo de uma maneira geral. O estudo dessas questões que são primordiais para o entendimento da humanidade tem como propósito a busca de uma melhor compreensão da realidade e da forma como o ser humano se relaciona com o ambiente que o envolve. A filosofia é trabalhada através da argumentação racional e não chega a ser considerada ciência, já que não usa procedimentos empíricos em seus estudos.

Os princípios filosóficos da linguagem da moral que são úteis para o ensino do tema são a prescritividade, a universabilidade e ligação existente entre estes conceitos. Esta conexão demonstra que a educação moral autêntica surgirá a partir da combinação entre o ensino de princípios e o livre arbítrio do aluno.¹⁰

A prescritividade presente em todo juízo de valor, especialmente nos princípios morais, se apresenta como uma forma de aprovação, o que indica a existência de uma dimensão subjetiva presente também em qualquer ponto de vista e que está vinculado à autonomia vinculada ao processo de tomada de decisões.

A universalidade existente nos juízos de valor indica que há um motivo para a concordância em relação à adoção de uma determinada atitude, e esta causa se fundamenta de certa maneira, nas características existentes nesta conduta quando confrontada com outra.

5.11 Respeito ao Meio Ambiente

A Educação Ambiental (EA) deve estar presente em todos os segmentos e

⁹ Altruísmo. Professora Gabriela E. Possolli Vesce, Doutora em Educação pela UFPR.

<https://www.infoescola.com/psicologia/altruismo/>

¹⁰ Prof. Alcino Eduardo Bonella, do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia, http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/filosofia/0032_07.html.

níveis da educação formal, ser implementada como uma prática integrada a outras disciplinas dentro do currículo escolar, considerando-se um processo contínuo e permanente de aprimoramento do conteúdo. A Educação Ambiental pode ser tratada como uma matéria vinculada ao currículo que considere a conectividade temática com as demais, por meio da busca de um conhecimento integrado que supere a fragmentação que exista em seu conteúdo. Novas práticas pedagógicas devem ser responsáveis na formação dos sujeitos de ação e de cidadãos conscientes de seu papel no mundo (MEDEIROS, RIBEIRO, FERREIRA, 2018). Por meio da conscientização, é possível se levar o aluno a buscar valores que conduzam a uma convivência menos conflituosa com o meio ambiente, tentando-se assim estabelecer um equilíbrio mais harmonioso entre homem e natureza.

6 Considerações Finais

O desenho do conteúdo e do formato das disciplinas de Ética e Cidadania deve ser efetuado da forma mais isenta quanto possível de vieses ideológicos, políticos ou partidários que possam eventualmente vir a obnubilar os conceitos e as atitudes dos alunos sobre os temas abordados. Deve-se buscar um processo continuado e atualizado de aperfeiçoamento de conteúdo que considere o surgimento de resultados apenas no médio e longo prazos e envolva o maior número possível de séries subsequentes de ensino.

Torna-se conveniente a adoção de uma visão multitemática sobre a questão da ética e da cidadania que congregue diferentes ângulos de visão sobre os temas, dentro de uma perspectiva o mais globalista que possível, promovendo o desenvolvimento do juízo crítico pessoal dos alunos sobre a sociedade da qual fazem parte, tendo-se como objetivo formar os futuros cidadãos de uma sociedade mais justa, tolerante e produtiva, sempre ressaltando o fato de que cada indivíduo faz parte de uma coletividade composta por outros indivíduos.

Deve-se evitar também a instituição de mais matérias que venham a aumentar a carga horária e a quantidade de conteúdo, de modo que o interesse dos alunos não venha a ser prejudicado e se acabe criando mais uma obrigatoriedade.

Os assuntos devem ser abordados sob a perspectiva da imparcialidade, por

meio de recursos audiovisuais que estejam aliados de vieses político-partidários, religiosos, esportivos, ideológicos e de preferências sexuais, de modo que não se direcione a opção dos alunos por uma ou outra escolha, permitindo que possam ter a autonomia para o desenvolvimento do seu comportamento. Neste processo, não pode ser negligenciada a influência que o meio exerce sobre o processo de aprendizagem, pois há um conflito entre o que se aprende na escola e a realidade no ambiente em que estão inseridos.

A instituição das disciplinas de Ética e Cidadania tem plenas condições de contribuir para o processo de humanização dos alunos, não somente no ambiente escolar público, mas também na sociedade como um todo. É preciso que sejam consideradas as ingerências e desvios que ocorreram no passado e se tente evitá-los. Da mesma forma também, que sejam levadas em consideração as demandas atuais e futuras da sociedade brasileira.

A estruturação do conteúdo didático poderá se utilizar da disponibilidade dos recursos de conectividade às redes digitais que se encontram disponíveis e disseminadas. Por meio do acesso a dispositivos eletrônicos, tais como computadores, tablets e smartphones e da produção de material audiovisual apropriado, na forma de vídeos, animações, imagens e áudios seria possível se efetuar uma transmissão de informações mais direta e eficaz para os alunos.

Por fim, deve-se considerar que há uma urgência associada a adoção de disciplinas desta natureza e a falta de um consenso sobre o tema gera um impasse que inviabiliza e paralisa a adoção de uma solução adequada. Enquanto não se disseminar a compreensão do quanto é importante respeitar qualquer ser, forma de vida, expressão, espaço ou organização, não haverá possibilidade de se alcançarem mudanças significativas no processo de evolução social no Brasil.

7 Referências

ASCOM - Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. **Um por Todos e Todos por Um! Pela Ética e Cidadania.** <<http://www.cgu.gov.br/assuntos/controle-social/educacao-cidada/um-por-todos-e-todos-por-um-pela-etica-e-cidadania/um-por-todos-e-todos-por-um-1>> Acesso em: 02 de jun. 2018.

BONELLA, A. E. FILOSOFIA - Bonde da filosofia - **Reflexões sobre o ensino de ética**. Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais. Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/filosofia/0032_07.html>. Acesso em: 02 de jun. 2018.

CRUZ, GB. – Portal de Autoconhecimento e Espiritualidade. **Respeitar a Vida é Fundamental**. Disponível em: <<https://www.somostodosum.com.br/clube/artigos/autoconhecimento/respeitar-a-vida-e-fundamental-39415.html>>. Acesso em: 02 de jun. 2018.

CUNHA, C. Atualidades - **Intolerância: Coexistir com as diferenças é um desafio?** - Novelo Comunicação. Disponível em: <<https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/intolerancia-coexistir-com-as-diferencas-e-um-desafio.htm>>. Acesso em: 02 de jun. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HARE, R.M. "Universalizability". In: **Meeting of the Aristotelian Society**. London, 1955, pp. 295-312.

MEDEIROS, M.C.S.; RIBEIRO, M.C.M.; FERREIRA, C.M.A. **Meio ambiente e educação ambiental nas escolas públicas**. <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?artigo_id=10267&n_link=revista_artigos_leitura>. Acesso em: 02 de jun. 2018.

MENEZES, E.T.; SANTOS, T.H. **Verbete EMC (Educação Moral e Cívica). Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/emc-educacao-moral-e-civica/>>. Acesso em: 02 de jun. 2018.

NETO, L. **Educadores criticam inclusão de ética e cidadania no currículo. MEC teme sobrecarga de matérias. Projeto será votado na Câmara**. Sociedade - Educação. <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/educadores-criticam-inclusao-de-etica-cidadania-no-curriculo-6991486>> Acesso em: 10/12/2012.

PENA, R.F.A. **O que é cidadania?** Brasil Escola. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-cidadania.htm>>. Acesso em 15 de julho de 2018.

POZZEBOM, E.R. **Novas disciplinas na educação básica dividem opiniões do Legislativo e Executivo**. 26/01/2015. Agência Senado. Disponível em: (<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/01/26/novas-disciplinas-na-educacao-basica-dividem-opinioes-do-legislativo-e-executivo>>). Acesso em: 02 de jun. 2018.

SILVA, M.C.M.; RIBEIRO, M.C.M.; FERREIRA, C.V.A. **Ambiental - Meio ambiente e educação ambiental nas escolas públicas.** Revista Âmbito Jurídico. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?artigo_id=10267&n_link=revista_artigos_leitura> Acesso em: 02 de jun. 2018.

SOARES, R. **A cada três dias, um professor denuncia à polícia ameaças dentro de escolas no Rio - De 2014 a 2017, foram denunciadas 624 ocasiões.** O Globo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/bairros/a-cada-tres-dias-um-professor-denuncia-policia-ameacas-dentro-de-escolas-no-rio-22887459>>. Acesso em: 02 de jun. 2018.

STRAUGHAN, R. **Podemos ensinar as crianças a serem boas?** São Paulo: Paulinas, 1985.

VESCE, G.E.P. **Altruísmo.** <<https://www.infoescola.com/psicologia/altruismo/>>. Acesso em: 02 de jun. 2018.